



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
94ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 A nonagésima quarta reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar
2 no auditório da Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, av. Borges de
3 Medeiros, nº 261, 15º andar, Porto Alegre – RS, no décimo quarto dia do mês de
4 março de dois mil e dezoito, as quatorze horas. **Conselheiros Presentes:** **Maria**
5 **Patrícia Möllmann** – SEMA – Presidência; **Nelson Stuart** – SOP – Representante;
6 **Júlio Cesar Porciúncula** – SEAPI – Representante; **Reinaldo Leite Gambin** –
7 Secretaria dos Transportes – Representante; **Margareth Vasata** – SPGG –
8 Representante; **Julce Clara da Silva** – Secretaria da Saúde – Representante;
9 **Valquíria Chaves** – Secretaria de Minas e Energia – Representante; **Ademir Baretta**
10 – Casa Civil - Representante; **Maj. QOEM Alberto Becker** – SSP – Representante;
11 **Sérgio Cardoso** – Comitê Gravataí; **Verônica Della Mea** – Comitê Baixo Jacuí;
12 **Alexandre Swarowsky** – Comitê Vacacaí; **Eldo Costa** – Comitê Santa Maria;
13 **Luciano Alegre** – Comitê Butuí-Icamaquã; **Claudir Alves** – Comitê Passo Fundo;
14 **Adilson Sttefen** – Comitê Turvo; **Alexandre de Almeida** – Comitê Mampituba; **João**
15 **de Vargas** – Comitê Tramandaí; **Leda Famer** – Comitê Litoral Médio; **Renato Zenker**
16 – Comitê Camaquã; **Nelson Narvaes** – Comitê Quaraí; **Ana Mastrascusa** – FEPAM;
17 **Demais Presentes:** **José Dambrós** – Comitê Mampituba; **Cristina Vieira** – Comitê
18 Negro; **Adolfo Klein** – Comitê Sinos; **Julio Cesar Porciúncula** – SEAPI; **Eduardo**
19 **Condorelli** – Comitê Negro; **Fernando Meirelles** – DRH/SEMA; **Cláudia Lacerda** –
20 Secretaria da Saúde; **Simonia Oliveira** – Comitê Várzea; **Ivan Carlos Viana** – Comitê
21 Várzea; **Gabriel Frota** – CRH/SEMA; **Carmem Silva** – CRH/SEMA; **Kely Boscato** –
22 CRH/SEMA. A Presidente **Maria Patrícia** dá início à reunião saudando a todos e
23 coloca que há a solicitação de inclusão de três itens na pauta. A saber: prorrogação do
24 mandato das entidades e diretoria do Comitê Sinos, homologação do processo
25 eleitoral do Comitê Tramandaí e alteração da Resolução CRH nº 238 que trata sobre a
26 proposta de aplicação dos recursos do FRH para o ano de 2018. Além destas
27 inclusões, **Claudir Alves**, representante do Comitê Passo Fundo, solicitou mais duas
28 inclusões. São elas: criação de uma instância de acompanhamento do PROCOMITÊS
29 e a situação dos convênios de manutenção dos Comitês de bacia. Não havendo
30 oposições às inclusões de pauta, a Presidente decide por entrar nas comunicações.
31 Primeiramente a Presidente **Maria Patrícia** aproveita para lembrar os Comitês a
32 questão da nova categoria. Cita que uma das categorias que compõem os Comitês foi
33 extinta, enquanto outra foi criada. Expõe que a resolução 230/2017 deu o prazo de um
34 ano para os Comitês se adequarem as novas categorias. Portanto, a partir de Julho de
35 2018, não será mais aceito processo eleitoral com a categoria Especial de Gestão
36 Urbana e Ambiental, sendo necessário que os Comitês alterem suas composições.
37 **Informações DRH: Situação SIOUT:** **Fernando Meirelles** coloca que o contrato do
38 SIOUT era para ter sido encerrado em agosto de 2017, porém, houve um atraso por
39 parte da UFLA e a nova data para o sistema estar em completo funcionamento é de 30
40 de Abril de 2018. Faz uma breve apresentação sobre uma nova funcionalidade do
41 sistema que se chama simulação de ponto. Trata-se de uma ferramenta que, a partir
42 de uma informação de solicitação de outorga, traça todo o impacto desta retirada no
43 resto da bacia a jusante da atividade proposta, o que auxilia o DRH na tomada de
44 decisão. **Ampliação da Rede Telemétrica:** **Fernando Meirelles** apresenta a
45 ampliação da rede telemétrica do ano de 2015 até a data atual. Após, apresentou a
46 proposta para instalação das novas estações. Coloca que com a implantação das
47 novas estações se chegara ao numero de 693 estações cobrindo o Estado, contando
48 com as estações de outras entidades que foram incorporadas pela Sala de Situação.
49 Ficou acordado que o DRH enviará novamente os pontos de instalação das estações
50 aos Comitês para que apoiem o contato com os proprietários e identificação dos
51 melhores locais para instalação. **Estudo de disponibilidade de águas subterrâneas**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
94ª REUNIÃO ORDINÁRIA

52 **para fins de outorga: Fernando Meirelles** expõe que com uma análise da
53 disponibilidade hídrica em períodos de seca pode-se estimar a contribuição das águas
54 subterrâneas para as águas superficiais. Coloca que, nesse sentido, como não há
55 possibilidade de fazer um mapeamento hidrogeológico em uma escala diferente da
56 que se tem hoje com o intuito de estudar a disponibilidade hídrica, será estudado
57 quanto de água subterrânea contribui para as águas superficiais, com objetivo de
58 estimar a quantidade de água que se pode outorgar para poços, sem comprometer as
59 águas superficiais. **Relato do encontro do Fórum Nacional de Órgãos Gestores de**
60 **Recursos Hídricos – FNOGA: Fernando Meirelles** faz breve relato do encontro e
61 coloca que há uma grande disparidade entre os órgãos gestores de recursos hídricos.
62 **Relatos das Câmaras técnicas de gestão costeira e de recursos hídricos**
63 **Transfronteiriços: Fernando Meirelles** coloca que o CRH é membro de duas
64 câmaras técnicas do CNRH, que seriam a Câmara Técnica de gestão costeira e a
65 Câmara Técnica de recursos hídricos transfronteiriços. Dois técnicos do DRH foram
66 representar o CRH nestas reuniões. A CT de gestão costeira é tudo direcionado à
67 marinha do Brasil, porém, há uma lacuna que seria a gestão da relação das águas
68 costeiras com as águas continentais. Coloca que a gestão costeira ainda está
69 totalmente voltada apenas à costa, sem considerar as interações com as águas
70 continentais. Informa que foi marcado um seminário desta câmara técnica para fazer o
71 nivelamento de conhecimento entre os membros. Já quanto a CT de recursos hídricos
72 transfronteiriços, **Fernando** informa que os debates são ainda preliminares. Coloca
73 que a bacia do Quaraí é citada como exemplo, porém ainda não atende a Lei
74 9.433/97, pois não se trata de um Comitê Federal, ainda que na legislação é previsto
75 que em casos de rios transfronteiriços a gestão deve ser feita por um Comitê Nacional
76 com representantes do Itamaraty. Contudo, o Itamaraty diz que seu método de
77 trabalho é a partir de acordos binacionais. Portanto, a proposta feita é que quando
78 houver acordo binacional, a gestão das águas seja feita dentro deste acordo, com
79 participação do Comitê Estadual na delegação Brasileira. **Portaria de potabilidade da**
80 **água para consumo humano: Julce Clara**, representante da Secretaria da Saúde,
81 informa que a Portaria de Potabilidade 2914 foi revogada e agora se trabalha apenas
82 com o Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5 do Ministério da Saúde de
83 03/10/2017. Faz breve relato sobre a portaria de consolidação nº 5 e cita que houve
84 poucas alterações, sempre relativo às tabelas de prazos. **Relato da Câmara Técnica**
85 **do Fundo de Recursos Hídricos: Claudir Alves**, Presidente da CTFRH e
86 representante do Comitê Passo Fundo, relata que a reunião ocorreu no dia 01/03.
87 Coloca que por parte da SEAPI, do montante destinado a esta secretaria somente se
88 conseguiu empenho na última semana de dezembro para utilizar agora em 2018. Com
89 isso, provavelmente se dará prosseguimento as barragens de Jaguari e Taquarembó.
90 Na parte da SEMA, foi utilizado R\$ 11.967 milhões. Para 2018 informou que há a
91 liberação de cerca de R\$ 14 milhões para custeio e não sendo liberado cotas para
92 investimento. Na parte da PATRAM, foi informado que foi utilizado R\$ 3,6 milhões na
93 aquisição de 25 pick-ups, 18 Drones e armamento. No ano de 2018, SEAPI, SOP e
94 Batalhão Ambiental informaram que ainda não houve liberação de cota. Quanto à
95 criação de uma instância para acompanhamento das obras das barragens Jaguari e
96 Taquarembó, a CTFRH entende que não há a necessidade de montar Grupo de
97 Trabalho neste momento, pois foi criado um GT dentro da Câmara Técnica de Águas
98 Superficiais e pode haver duplicidade de funções. Ficou acordado a possibilidade de
99 realizar uma visita técnica da CTFRH no canteiro de obras das duas barragens. Já
100 sobre o TR para regularização dos poços no RS, a CTFRH entende que o projeto é
101 viável e habilitou a utilização de recursos, mas, aponta que deverá haver melhorias no
102 TR para efetivação da proposta. **Relato da Câmara Técnica de Águas Superficiais:**
103 **Eduardo Condorelli**, Presidente da CTASP e representante do Comitê Negro, relata



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
94ª REUNIÃO ORDINÁRIA

104 que na primeira reunião da CTASP foram definidos apenas os métodos de trabalho e a
105 criação dos Grupos de Trabalho para definição de vazão remanescente nas alças de
106 PCH's e CGH's e o GT sobre Reservatórios. Sobre o assunto da renovação
107 automática para portarias de outorga, o DRH apresentará proposta de minuta na
108 próxima reunião. Quanto a distinção, nas concessões às empresas de abastecimento
109 público, das parcelas de abastecimento às populações, usos comerciais e usos
110 industriais, considerando os usos prioritários da água, o presidente informou que ficou
111 acordado que o DRH e o Comitê Sinos vão elaborar proposta para também ser
112 debatida na próxima reunião da CTASP. Também deverá ser apresentado na próxima
113 reunião os estudos que culminaram com o mapa que define os rios livres de
114 barramento, por parte da FEPAM. Após mais alguns esclarecimentos, a Presidente
115 **Maria Patrícia** entra na ordem do dia. **Item 1. Aprovação da ata da 27ª Reunião**
116 **Extraordinária do CRH:** Os Conselheiros dispensam a leitura da ata e a Presidente
117 coloca o documento em regime de votação. **Aprovado por unanimidade.** A
118 Representante do Comitê Litoral Médio, **Leda Famer**, solicita uma inversão de pauta,
119 devido a sua necessidade de se ausentar antes do termino da reunião. A inversão foi
120 aprovada pelos conselheiros e, portanto, os itens 6 e 8 foram tratados após a
121 aprovação da ata. **Item 6. Prorrogação do mandato da Diretoria e Plenária do**
122 **Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Litoral Médio – Gestão 2016-**
123 **2018:** A Secretaria Executiva Adjunta do CRH, **Carmem Silva**, esclarece que o
124 Comitê alterou a composição e está com o Plano de Bacia em elaboração. Que a
125 gestão atual termina em 20 de abril de 2018 e a solicitação de prorrogação é de 10
126 meses, devido a elaboração do plano de bacia. Ficou acordado que o mandato será
127 prorrogado até 31 de outubro. Após maiores esclarecimentos, a Presidente decide
128 colocar a proposta de prorrogação em regime de votação. **Aprovado por**
129 **unanimidade. Item 8. Alteração da composição do Comitê do Litoral Médio: Leda**
130 **Famer** esclarece que foi suprimida a categoria especial de gestão urbana e ambiental,
131 gerando uma vaga para a categoria de resíduos sólidos, que antes era agregada à
132 categoria de esgotamento sanitário. E para a criação da categoria de Drenagem, foi
133 retirada uma vaga da categoria de Pesca. Já no Grupo II, a categoria de associações
134 de profissionais foi substituída pela categoria Comunidades Tradicionais. Após alguns
135 esclarecimentos, a Presidente coloca a proposta em regime de votação. **Aprovado**
136 **por unanimidade. Item 2. Resolução CRH Nº 261 - Ad Referendum - Prorrogação**
137 **o mandato da Diretoria e Plenária do Comitê de Gerenciamento da Bacia**
138 **Hidrográfica dos Rios Apuaê-Inhandava:** **Carmem Silva** relata que o Comitê
139 Apuaê-Inhandava esta com o plano de bacia em andamento, portanto a diretoria optou
140 pela prorrogação do mandato. Coloca que a solicitação de prorrogação é até 30 de
141 Junho. Destaca-se ainda que o Comitê precisa alterar sua composição, pois
142 compreende a categoria que já foi extinta. Após maiores esclarecimentos, a
143 Presidente coloca a proposta de prorrogação em regime de votação. **Aprovado por**
144 **unanimidade. Item 3. Resolução CRH Nº 262 – Ad Referendum - Dispensa**
145 **exclusivamente para fins de financiamento e licenciamento ambiental a**
146 **necessidade de outorga do direito de uso de água de dessedentação animal para**
147 **o ano de 2018:** A Presidente **Maria Patrícia** coloca que, devido aos novos prazos
148 para finalização do SIOUT, optou-se por ter essa regularidade provisória mediante o
149 cadastro no SIOUT. Coloca que assim que o módulo de outorga estiver pronto o
150 processo poderá ser finalizado. Após mais esclarecimentos sobre o SIOUT, a
151 Presidente decidiu por colocar a proposta de resolução em regime de votação.
152 **Aprovado por unanimidade. Item 4. Aprovação do quadro de Metas Estaduais do**
153 **5º ano do PROGESTÃO:** **Fernando Meirelles** faz breve apresentação da auto
154 avaliação do quadro de metas e coloca que se antecipar a entrega deste relatório,
155 também será antecipado o repasse dos recursos. **Claudir Alves**, representante do



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
94ª REUNIÃO ORDINÁRIA

156 Comitê Passo Fundo, fala que este item foi pauta na reunião do Fórum Gaúcho de
157 Comitês. E que foi solicitado à SEMA para que o CRH aprove também a destinação
158 dos recursos do PROGESTÃO. Na oportunidade, o Diretor Fernando Meirelles
159 explanou que a SEMA utiliza os recursos do PROGESTÃO conforme demanda desta
160 secretaria. Portanto, que os Comitês, como não tem o papel de analisar e aprovar a
161 destinação dos recursos, entendem que também não tem o papel de aprovar esta auto
162 avaliação. **Sérgio Cardoso**, Representante do Comitê Gravataí, coloca que este
163 documento que esta para aprovação não foi enviado com antecedência e, portanto,
164 entende que não há motivos para realizar esta votação sem um prévio estudo do
165 documento. **Fernando Meirelles** coloca que os recursos oriundos do PROGESTÃO,
166 são destinados para fortalecimento do órgão gestor, para ser utilizado a partir das
167 demandas do órgão gestor. O quadro de metas vem sendo aprovado anualmente no
168 CRH visando dar publicidade às informações. Presidente **Maria Patrícia** explica que o
169 acompanhamento da utilização dos recursos por parte deste Conselho não é
170 avaliando a aplicação dos recursos pontualmente, mas sim a partir da avaliação do
171 quadro de metas que o órgão gestor se comprometeu em cumprir. Esclarece ainda
172 que, o que está exposto no contrato do PROGESTÃO é que o CRH deve aprovar
173 apenas a auto avaliação feita pelo órgão gestor. **Fernando Meirelles** aproveita para
174 colocar que, havendo atraso no envio do documento à ANA, haverá atraso também no
175 repasse dos recursos. Após debates e maiores esclarecimentos, ficou acordado que o
176 item será enviado aos Conselheiros para ser pautado na próxima reunião. Ficou
177 agendado, portanto, tratar este item na reunião extraordinária marcada para a data de
178 28/03/2018. **Item 5. Alteração da Resolução 238/2017 proposta de aplicação dos**
179 **recursos do FRH para 2018 – Projeto de Regularização de Poços no RS: Sergio**
180 **Cardoso, presidente da CTAS** coloca que na reunião do CRH em dezembro de 2017
181 foi aprovado a resolução que prorroga o prazo de cadastramento dos poços em área
182 rural. Cita que dentro do debate ficou acordado que o DRH apresentaria uma proposta
183 de política pública para regularização dos poços no RS. Expõe que na reunião da
184 Câmara Técnica de Águas Subterrâneas foi apresentada pelo DRH a proposta do
185 projeto de regularização. O projeto foi habilitado pela CTAS, porém, ficou acordado
186 que o conteúdo precisava ser melhorado. Com o intuito de obter recursos para a
187 implantação do projeto, esta proposta foi encaminhada a Câmara Técnica do Fundo
188 de Recursos Hídricos. Nesta CT, o mérito foi habilitado novamente, todavia, foi
189 reforçada a necessidade de melhorar o conteúdo da proposta. A Presidente **Maria**
190 **Patrícia** expõe que a proposta é que seja habilitada as linhas gerais da proposta,
191 porém não o termo de referência, que ainda precisa de ajustes. Cita ainda que deve
192 ser melhor avaliado a questão da microlocalização das ações. A ideia é iniciar um
193 projeto piloto, pois ainda há todo um trâmite interno, entre os outros órgãos de Estado,
194 o que pode prejudicar o prazo final. **Eldo Costa** coloca que a PATRAM sugere um
195 termo de referência para a área rural, em concordância com a proposta do Comitê
196 Santa Maria, pois se trata de uma área com especificidades que podem prejudicar a
197 implantação do projeto. Outra questão colocada pelo representante do Comitê Santa
198 Maria é que se elabore um plano de comunicação para divulgar os objetivos do
199 projeto, visando esclarecimentos à população. Após maiores debates e
200 esclarecimentos, a Presidente **Maria Patrícia** coloca que como encaminhamento a
201 proposta de aprovação das linhas gerais do projeto, se iniciaria o piloto urbano na
202 cidade de Santa Maria e a construção do termo de referência será acompanhado pela
203 Câmara Técnica de Águas Subterrâneas. Aproveita para inserir na votação deste item,
204 a questão da alteração da Resolução 238/2017 que trata da proposta de aplicação dos
205 recursos do FRH para o ano de 2018, pois a alteração desta resolução está
206 diretamente relacionada com o projeto de regularização dos poços. **Claudir Alves**
207 esclarece que no plano de bacia do Rio Passo Fundo constava a destinação de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
94ª REUNIÃO ORDINÁRIA

208 R\$ 1.600.000,00, porém o recurso estava duplicado. Portanto, foi retirado
209 R\$ 800.000,00 desta rubrica. Ainda houve o remanejo de R\$ 1.000.000,00 retirados da
210 ampliação do CAR/SIOUT e mais R\$ 460.000,00 retirados do Gerenciamento
211 Costeiro. A partir destes remanejos, se criou a rubrica Regularização de Poços, que
212 ficou com o saldo de R\$ 2.260.000,00. a alteração no orçamento total da SEMA para
213 2018 é apenas remanejo de rubricas. Não havendo mais dúvidas quanto os remanejos
214 de recursos do FRH para 2018, a Presidente **Maria Patrícia** coloca em regime de
215 votação a proposta de alteração da Resolução 238/2017. **Aprovado por**
216 **unanimidade. Item 7. Prorrogação do mandato da diretoria e plenária do Comitê**
217 **de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica dos Rios Butuí-Icamaquã – Gestão**
218 **2016/2018: Carmem Silva** coloca que a gestão do Comitê terminaria em 20 de abril,
219 porém, foi solicitada a prorrogação até a data de 31 de outubro, visando a adequação
220 da composição do Comitê. Não havendo dúvidas, a Presidente **Maria Patrícia** decide
221 colocar a prorrogação em regime de votação. **Aprovado por unanimidade. Item 9.**
222 **Homologação da diretoria Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do**
223 **Rio Piratinim – Gestão 2017-2019: Carmem Silva** coloca que foram eleitos Jean
224 Lucas Poppe, da URI, para presidente do Comitê e Iuri Martins, da ACI, para vice-
225 presidente. A Presidente **Maria Patrícia** decide por colocar a homologação do
226 processo eleitoral do Comitê Piratinim em regime de votação. **Aprovado por**
227 **unanimidade. Item 10. Prorrogação Mandato da Diretoria e Entidades do Comitê**
228 **Sinos: Carmem Silva** esclarece que o Comitê Sinos encaminhou, à secretaria
229 executiva do CRH, a solicitação de prorrogação do mandato da diretoria e entidades
230 do Comitê, pois devido ao cronograma do processo eleitoral, o mandato acabaria
231 antes do término do processo. Portanto, o mandato seria prorrogado até 30 de Junho.
232 A Presidente **Maria Patrícia** coloca a prorrogação do mandato da diretoria e entidades
233 do Comitê Sinos em regime de votação. **Aprovado por unanimidade. Item 11.**
234 **Homologação do Processo Eleitoral do Comitê Tramandaí: Carmem Silva** coloca
235 que o processo eleitoral foi em 27 de outubro de 2016 e o preenchimento da segunda
236 chamada ocorreu em janeiro de 2017. Porém, o Comitê não encaminhou o processo
237 para homologação do CRH, houve então um atraso na homologação do processo
238 eleitoral deste Comitê. Presidente **Maria Patrícia** coloca a homologação do processo
239 eleitoral do Comitê Tramandaí em regime de votação. **Aprovado por unanimidade.**
240 **Item 12. Criação de Câmara Técnica para acompanhamento do PROCOMITÊS:**
241 **Claudir Alves** coloca que, nas Câmaras Técnicas de gestão das regiões
242 hidrográficas, se indicou membros para acompanhamento do PROCOMITÊS, sendo
243 dois membros para cada região hidrográfica. Nesse sentido, foi proposta a criação de
244 uma Câmara Técnica de acompanhamento do PROCOMITÊS, com estes
245 representantes das regiões hidrográficas, representantes do CRH e representante da
246 ANA. **Patrícia Cardoso** esclarece que a SEMA criou uma conta bancária para
247 recebimento dos recursos e coloca que com a criação da conta e mais o contrato
248 assinado e publicado no Diário Oficial da União, faltava apenas a criação do código
249 orçamentário, que foi efetuada no início de 2018. A partir disso, a SEMA está
250 trabalhando para elaboração do plano de trabalho do PROCOMITÊS, que é a situação
251 atual. Assim que o plano de trabalho estiver pronto, ele deve ser lançado no Sistema
252 de Finanças Públicas do Estado (FPE) e, a partir deste lançamento será criado o
253 orçamento do PROCOMITÊS. A Presidente **Maria Patrícia** coloca que talvez a melhor
254 proposta seja o CRH prestar contas do PROCOMITÊS diretamente ao Fórum Gaúcho
255 de Comitês. A criação de uma Câmara Técnica de Acompanhamento do Procomitês
256 não faz sentido, pois não será elaborado nenhum trabalho que seja atribuição deste
257 Conselho, tendo aí um desvio de função. Portanto, que seria melhor ter a SEMA
258 prestando contas do PROCOMITÊS como pauta fixa do Fórum Gaúcho de Comitês.
259 Como não havia mais quórum na reunião, não houve votação para este item da pauta.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

94ª REUNIÃO ORDINÁRIA

260 **Item 13. Situação dos Convênios de Manutenção dos Comitês de Bacia do RS:**
261 **Patrícia Cardoso** esclarece que, quanto aos convênios que estão sendo prorrogados,
262 há um pacote de 8 (oito) convênios que foram assinados entre 2012 e 2013, que estão
263 sendo prorrogados devido ao atraso no repasse dos recursos. Convênios prorrogados:
264 Comitê Ibicuí, Alto Jacuí, Baixo Jacuí, Ijuí, Turvo, Passo Fundo e Gravataí. Expõe que
265 como o fluxo dos aditivos é mais demorado do que o das prorrogações, será garantido
266 as prorrogações até o limite dos 60 meses daqueles que tem essas condições. Após a
267 prorrogação, será encaminhado o processo dos aditivos para que o Comitê, via sua
268 entidade parceira utilize o recurso tanto para ressarcimento do período que ficou sem
269 recursos como para execução até o final dos 60 meses. não sendo o caso do Ijuí, que
270 o Ijuí receberá a última parcela, mas será utilizada apenas para ressarcimento, pois
271 houve alguns hiatos no repasse devido ao atraso na aprovação da prestação de
272 contas. No caso do Pardo, não há interesse do Comitê em realizar a prorrogação de
273 12 meses, pois o Comitê entende ser melhor entrar na nova modalidade das parcerias.
274 Quanto ao Comitê Tramandaí, o processo já foi aberto para validação da
275 documentação. O Apuaê-Inhandava terá que fazer algumas alterações solicitadas pela
276 CAGE no seu plano de trabalho. O Piratinim precisa regularizar a homologação da
277 diretoria. A princípio, tendo as situações regularizadas, teremos os 25 Comitês com
278 recursos. **Assuntos Gerais:** Não houve inscrições nos assuntos gerais. Nada mais
279 havendo a tratar, a Presidente **Maria Patrícia** deu a reunião por encerrada e eu,
280 Carmem Silva, Secretária Executiva Adjunta do CRH lavro esta ata.